BRASILIANAS
William França | brasilianas.cm@gmail.com

Censo revela que 1,2% da população do DF tem autismo

Dados foram compilados pela primeira vez pelo IBGE. Em números absolutos, corresponde a pouco mais de 34 mil pessoas. Quando é observado o ambiente escolar, os alunos com TEA representam 1,7% dos alunos do DF

Censo 2022/IBGE

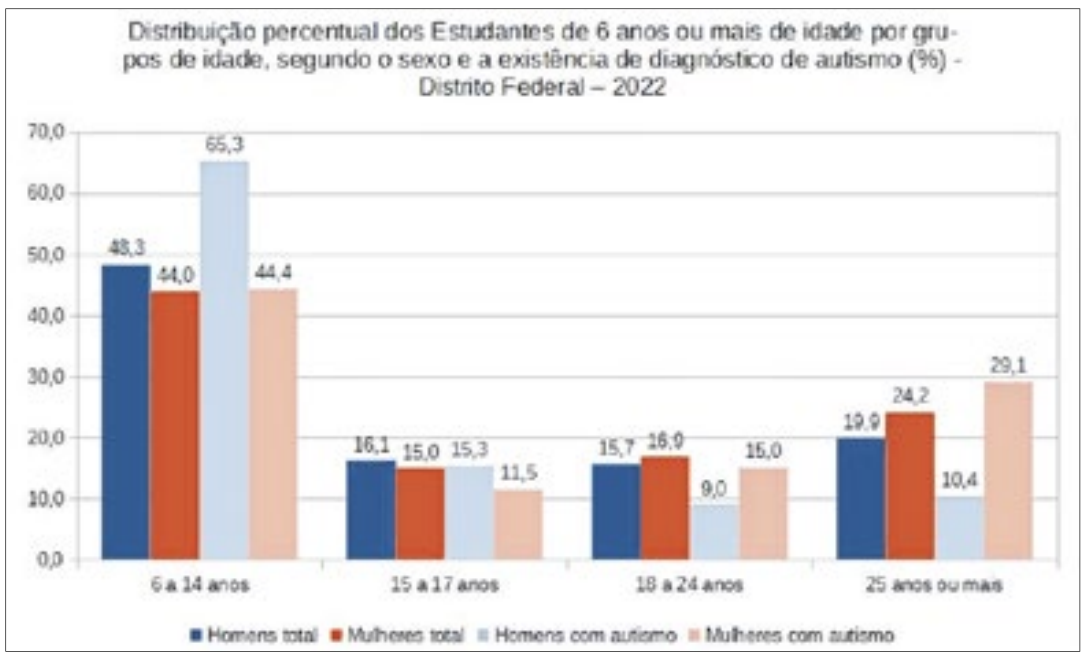

Gráfico demonstra comparação entre estudantes, homens e mulheres, com e sem o diagnóstico de autismo, de acordo com a faixa etária

O Censo 2022 do IBGE trouxe, pela primeira vez, dados sobre pessoas com autismo, a partir de um quesito incluído no questionário da amostra. Nele, o informante do domicílio indicava se algum morador havia recebido diagnóstico de autismo por um profissional de saúde.

Os resultados, divulgados na semana passda, revelaram que no Brasil, 2,4 milhões de pessoas declararam ter recebido esse diagnóstico. A prevalência foi maior entre os homens (1,5%) do que entre as mulheres (0,9%), o que corresponde a 1,4 milhão de homens e 1 milhão de mulheres.

No Distrito Federal, os resultados indicaram que 34,1 mil pessoas declararam ter recebido diagnóstico de transtorno do espectro autista (TEA), o que corresponde a 1,2% da população brasiliense. No ranking nacional, o Distrito Federal aparece na 15ª posição, dentre as 27 unidades da federação.

Entre os brasilienses, assim como em todo o país, a prevalência foi maior entre os homens (1,6%) do que entre as mulheres (0,9%), o que equivale a 21,1 mil homens e 13,1 mil mulheres com diagnóstico declarado de autismo.

Entre os grupos etários, a prevalência de diagnóstico de autismo foi maior entre as crianças: 2,1% no grupo de 0 e 4 anos de idade, 2,8% de 5 e 9 anos e 1,8% de 10 e 14 anos.

Esses percentuais representam, ao todo, 12,0 mil crianças de 0 a 14 anos com autismo na capital federal. Nos demais grupos etários, os percentuais oscilaram entre 0,8% e 1,3%.

Frequência à escola

Em 2022, o Distrito Federal contava com cerca de 709,4 mil estudantes de 6 anos ou mais de idade. Dentre esse contingente, aproximadamente 11,7 mil foram identificados como tendo diagnóstico de autismo, o que corresponde a 1,7% do total de estudantes de 6 anos ou mais de idade da capital federal.

Este percentual é superior à proporção de pessoas com diagnóstico de autismo na população geral do DF (1,2%), resultado condizente com a prevalência maior do diagnóstico entre a população em idade escolar, especialmente entre os mais jovens.

Na análise dos estudantes de 6 anos ou mais de idade diagnosticados com autismo, observou-se que o grupo de 6 a 14 anos concentrou a maior parcela de estudantes com esse diagnóstico: 65,3% dos homens e 44,4% das mulheres estudantes com autismo estavam nesse grupo de idade em 2022 no Distrito Federal.

Em comparação, os estudantes em geral nesse grupo de idade representavam 48,3% dos homens e 44,0% das mulheres do DF. Assim, entre as pessoas com autismo, essa etapa da educação básica apresentou maior concentração relativa do que na população estudantil total da capital federal.

Nos demais grupos de idade, a relação se inverte: os percentuais de estudantes com autismo são menores do que os do total de estudantes no Distrito Federal. Uma exceção aparece entre as mulheres com 25 anos ou mais: entre as mulheres estudantes com autismo, essa faixa etária representava 29,1%, proporção que era de 24,2% entre o total de mulheres estudantes, sugerindo que parte das mulheres com autismo pode estar retomando ou prosseguindo os estudos em idade adulta, possivelmente por meio da educação de jovens e adultos ou ensino superior.

No Distrito Federal, quando se observa a taxa de estudantes com autismo em relação ao total de matriculados por curso, a alfabetização de jovens e adultos se destacou com o maior percentual: 8,0% dos seus frequentadores declararam esse diagnóstico.

Na creche, 2,6% das crianças possuem diagnóstico, proporção acima da média da capital federal (1,7%). Esses dados apontam que a trajetória escolar dos estudantes com autismo está concentrada nas etapas iniciais da educação básica.

Já no ensino superior de graduação, esse percentual cai para 1,1%, refletindo os desafios enfrentados por estudantes com autismo para permanecer e progredir ao longo da trajetória educacional, sobretudo diante de barreiras de acesso, adaptação curricular e apoio institucional adequado.

Taxa de escolarização

De acordo com o Censo Demográfico 2022, no Distrito Federal, a taxa de escolarização da população com autismo (40,1%) foi superior à observada na população geral (27,1%). Essa diferença foi mais expressiva entre os homens: 46,2% dos homens com autismo estavam estudando, frente a 27,9% dos homens em geral. Entre as mulheres, a taxa de escolarização foi 31,2% entre aquelas com autismo, ante 26,4% no total.

De acordo com o Censo Demográfico 2022, no Distrito Federal, a distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução, indicou que 30,1% das pessoas com diagnóstico de autismo estavam no grupo sem instrução e fundamental incompleto, enquanto, na população geral, esse percentual foi de 19,2%.

Para os demais níveis de instrução, os percentuais da população com autismo foram inferiores aos observados na população geral. Destaca-se o grupo com ensino médio completo e superior incompleto, no qual 27,5% das pessoas com autismo se encontravam, frente a 33,0% da população total da capital federal.

Na desagregação por sexo, observou-se uma leve predominância masculina entre as pessoas com autismo de 25 anos ou mais de idade no Distrito Federal, que representavam 51,2% desse grupo. Entre os homens com autismo, 32,0% eram sem instrução e fundamental incompleto, proporção superior à das mulheres (28,1%).

Já no nível de escolaridade médio completo e superior incompleto, a proporção de mulheres era maior: 29,4% frente a 25,6% dos homens. Por outro lado, no nível de escolaridade mais elevado, o ensino superior completo, a situação se inverte: 33,7% dos homens com autismo haviam concluído essa etapa, frente a 30,7% das mulheres na capital federal.

Parque Ana Lídia passará por manutenção geral a partir desta terça

O tradicional Parque Ana Lídia, localizado no Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, passará por uma grande operação de manutenção entre os dias 26 e 30 de junho. Durante esse período, o espaço estará fechado para o público, a fim de receber serviços de reforma, pintura e limpeza geral.

A ação integra os esforços do Governo do Distrito Federal (GDF) para valorizar áreas públicas de convivência e lazer, por meio da união de forças entre a Secretaria de Esporte e Lazer, a Secretaria do Trabalho, a Secretaria de Governo, a Novacap e a administração do Parque da Cidade. Alunos do projeto Renova DF, profissionais do programa Mãos Dadas e equipes técnicas já estão mobilizados para revitalizar o espaço.

"Já estamos alinhando com a Novacap a implantação de novos brinquedos, que proporcionarão ainda mais opções para nossas crianças. Os brasilienses podem aguardar ansiosamente por um Parquinho Ana Lídia ainda mais bonito e acolhedor", afirmou o secretário de Esporte e Lazer, Renato Junqueira.

Internet

O foguetinho é o mais icônico brinquedo do Parque Ana Lídia

Entre as obras previstas estão a reforma e pintura de brinquedos, incluindo o tradicional Foguetinho, além da limpeza completa das instalações. A Secretaria de Esporte também prepara a abertura de licitação para reativar a lanchonete do espaço.

"O GDF está unido. Secretaria de Esporte, Secretaria do Trabalho e Secretaria de Governo estão trabalhando em conjunto. O parque está sendo planejado; após a reforma dos brinquedos tradicionais, que têm um valor sentimental para várias gerações de brasilienses, já estava no nosso cronograma de revitalização a atualização de todos os espaços infantis dentro do parque. Estamos atendendo a um pedido do governador Ibaneis para reforçar essas revitalizações e o cuidado especial", destacou o administrador do Parque da Cidade, Todi Moreno.

Com forte valor afetivo para a população de Brasília, o Parquinho Ana Lídia é um dos espaços infantis mais visitados da capital. A iniciativa reforça o compromisso do GDF em cuidar do patrimônio público e oferecer áreas seguras e atrativas para as famílias brasilienses.

Suspensa licitação de batalhão

Decisão indica que o preço do processo licitatório pode impedir a finalização da obra

Por Thamiris de Azevedo

O Tribunal de Contas do Distrito Federal suspendeu o processo de licitação para a construção do novo Batalhão da Polícia Militar, projetado para ser instalado na Esplanada dos Ministérios. O órgão acolheu a denúncia da Associação Brasiliense de Construtores (Asbraco), que apontou que o orçamento do certame é insuficiente para a construção do batalhão que, segundo a associação, é de alta complexidade.

Consta na decisão, ao qual o Correio da Manhã teve acesso, que o orçamento foi baseado em obras não similares, de porte e complexidade inferiores, o que significa que o valor de valor da contratação estimado em R$ 65,2 milhões, tornaria a obra inexequível.

Problema latente

À reportagem, o advogado especialista em direito administrativo Saulo Malcher Ávila afirma que esse tipo de situação é um dos problemas mais latentes na contratação de obras públicas.

"Em muitos casos, o valor sequer cobre os seus custos, implicando em obras mal executadas e até abandono de contratos", critica o especialista.

"Assim, deixando a população desamparada de serviços públicos essenciais, além de corroer o mercado regular. Se antes esse problema decorria majoritariamente da conduta das licitantes, hoje vemos muitos orçamentos em editais de licitação lançados pelo poder público com grande defasagem, sendo um excelente exemplo o caso da obra do 6º Batalhão da Polícia Milita", explica.

Tony Oliveira/Agência Brasília

Para TCDF, novo Batalhão da PM está subfaturado

O presidente da Abrasco, Afonso Assad, diz estar preocupado com a repetição dessas situações.

"Primeiro, os empresários dão descontos nas licitações, e depois não executam a obra. Aí, tentam virar o jogo. Esse tipo de problema tem surgido nas estações do governo, o que gera demora nas obras e obras paralisadas".

Novacap

Ao Correio da Manhã, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), responsável pela licitação, informa que recebeu a representação do TCDF e já enviou resposta à Corte. A empresa, ainda, afirma que o processo licitatório já havia sido submetido à autoria externa do próprio tribunal.

"Analisaram o edital quanto ao orçamento e havia liberado a continuidade do certame. No momento, o certame está em fase de avaliação da documentação das empresas classificadas, porém a adjudicação e a homologação só poderão ocorrer após liberação do TCDF", diz nota.